

AO INFERNO COM A TEORIA DOS ATOS DE FALA

Georg Meggle (Universität Konstanz)

(Tradução de João Wanderley Geraldi)

0. Durante os últimos anos também a semântica teve seus próprios choques paradigmáticos. Enquanto que para todas as teorias pertencentes ao paradigma tradicional - que é ainda o melhor desenvolvido - da semântica realística, objetivista ou correlacional os significados eram considerados como entidades, há agora uma abordagem relativamente nova que nos leva a ver os significados dos signos como consistindo não em entidades, mas em seu uso. O "locus classicus" deste paradigma, de orientação essencialmente pragmática, se encontra sem dúvida nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein. Para termos a mínima chance de, algum dia, habilitarmos-nos a comparar os supostos méritos deste novo paradigma com os benefícios bem estabelecidos do antigo, nós precisamos, como hoje a maioria concorda, de alguma coisa que, indo além das sugestões de Wittgenstein, seja uma forma operacional de dar conta do significado como uso. A assim chamada "teoria dos atos de fala" satisfaz esta necessidade? Será que a teoria dos atos de fala realmente nos ajuda, constituindo-se um razoável passo à frente - como muitos adeptos do novo paradigma esperam e alguns dos próprios teóricos dos atos de fala imaginam? Contrariamente ao que considero ser a opinião da maioria dos filósofos contemporâneos, penso que, na verdade, a teoria dos atos de fala não satisfaz esta necessidade.

Note que, sobre este tópico, estarei falando do ponto de vista de um ex-amante desapontado e assim, aviso ao leitor, algumas de minhas observações possivelmente se tornarão exageradas. Mas, como a maioria das pessoas neste estado, não me importo com os perigos do excesso.

1. Inicialmente, vamos examinar um jogo de linguagem muito primitivo que o leitor reconhecerá como uma versão ligeiramente modificada do jogo descrito no segundo parágrafo das Investigações Filosóficas. Ele contém apenas duas expressões, sem qualquer estrutura - vamos batizá-las de X e Y: um pedreiro A e seu assistente B estão construindo uma casa sô com blocos e vigas. Quando A usa uma das expressões X ou Y, B deve lhe passar um dos blocos ou uma das vigas, respectivamente. Mas algumas vezes a comunicação é invertida. A fim de fazer A saber qual o próximo tipo de material que lhe será trazido, B usa X ou Y antes de tentar pegar um dos blocos ou vigas. E estes são os únicos modos de usar estas duas expressões.

Neste jogo há exatamente duas funções comunicativas possíveis - ou, como os teóricos dos atos de fala gostariam de dizer, duas possíveis forças ilocucionais,

isto é, 'ordenar' e 'informar'. Qualquer enunciação destas expressões terá uma ou outra destas funções no jogo. Poderíamos precisar do que depende, no jogo, o fato de que uma enunciação determinada é um ato imperativo ou um ato informativo. Ou seja, possuímos um conhecimento completo do que seria considerado como pelo menos um aspecto do significado destas duas expressões. Mas, naturalmente, este conhecimento não é suficiente para uma compreensão completa do jogo, isto é, para saber o significado completo das duas expressões usadas. Para tanto, necessitaremos saber também quais são os assim chamados significados descritivos das duas expressões. Infelizmente, a descrição do meu caso primitivo não é o bastante clara para pôr fim a esta questão. Não sabemos ainda que estado de coisas A ordena que seja executado quando ele usa, digamos, a expressão X; nem sabemos que estado de coisas B anuncia como executado quando ele usa X. Nós somente sabemos que, no jogo, há duas alternativas: de um lado o estado de coisas que podemos descrever como 'B está dando um bloco a A' e de outro o estado de coisas 'B está dando uma viga a A'. Na realidade, minha história não só não decidiu a questão de saber se X, quando usado por A, tem o mesmo significado descritivo que quando usado por B; a história em si não exclui tampouco qualquer das alternativas, a saber, que, quando ordenada ou quando anunciada a realização de qualquer um dos estados de coisas, A e B usem qualquer uma das duas expressões em questão. Suponha, por exemplo, que o único fato relevante fosse que uma ou outra expressão está sendo usada duas vezes ou uma vez; neste caso referir-se aos significados descritivos como correlacionados separadamente com cada uma das nossas expressões seria, naturalmente, fora de propósito.

Não pretendo que o leitor tenha que especular nada além disto. Ao contrário, permita reportar-me aos resultados de um fictício trabalho de campo que empreendi na última semana quando, preparando este trabalho, decidi observar com mais vigor um pedreiro e seu assistente. Quando X era usado por A, a cada vez B lhe dava um bloco; daí eu concluí que o estado de coisas descrito por 'B está dando um bloco a A' é o estado cuja realização está sendo ordenada quando X é proferido por A. E a cada vez que B usava X, B também dava um bloco a A; daí eu concluí, do mesmo modo, que o estado de coisas que é anunciado no jogo por B, quando ele profere X é: 'B está dando um bloco a A'. Usei então concluir que a expressão X sempre tem o mesmo significado descritivo no jogo, independentemente de ser usada por A ou por B. O mesmo se verifica para nossa outra expressão, Y. No jogo, Y é, como estou agora inclinado a dizer em termos realistas, correlacionado ao estado de coisas 'B está dando uma viga a A'.

A estas alturas, você possui um conhecimento completo do que chamei de "significado completo" das duas expressões (de que o significado descritivo é apenas uma parte). E dando-lhe todas as informações necessárias espero ter-lhe dado também pelo menos uma primeira e ainda vaga impressão de como devemos proceder quando tentamos explicar, em termos pragmáticos, a assim chamada parte descritiva dos significados de nossas duas expressões. Na verdade, em meu relato salientei fortemente o conceito de 'estado de coisas' que, sabe-se, é um dos conceitos centrais do paradigma ri

val (isto é, realista) em semântica. Mas esta não é uma objeção razoável. Para evitar este conceito teríamos que abandonar todas as esperanças de chegarmos a uma semântica pragmática, i.e., uma semântica desenvolvida em termos pragmáticos. A razão é que, na construção de uma teoria operacional da ação, deve-se fazer uso do conceito de 'estado de coisas' de qualquer modo, quer se queira ou não incorporar uma semântica baseada na pragmática em tal teoria. O que importa não é se temos que falar de um 'estado de coisas', mas se podemos ou não simplesmente identificar os significados de nossas expressões (enquanto enunciados-tipo) com algum tipo de 'estado de coisas' (como estamos acostumados a fazer pelo menos nas formas mais desenvolvidas do paradigma realista, como o da semântica intensional). É precisamente esta identificação que não admitimos fazer em semântica pragmática - pelo menos não inicialmente. Naturalmente, no fim das contas esta 'façon de parler' realista pode também ser pragmaticamente justificada.

Qual é, então, o problema com a teoria dos atos de fala? A principal razão para introduzir meu jogo de linguagem primitivo foi a seguinte: se a teoria dos atos de fala não consegue dar conta nem mesmo de um tal caso primitivo, o melhor que temos a fazer é esquecê-la quando buscamos uma semântica pragmática que seja suficientemente sofisticada para dar conta de casos mais complicados, como, por exemplo, quando buscamos uma semântica pragmática que seja bastante ampla para cobrir uma larga porção de nossas linguagens naturais. Tentarei mostrar (como o título deste artigo implica) que a teoria semântica dos atos de fala não dá conta de meu caso primitivo.

Para tanto, deveria discutir pelo menos duas questões, para encurtar uma longa história: primeiro, a questão de como, na teoria semântica dos atos de fala, os significados de nossas duas expressões do jogo, X e Y, precisam ser definidos em termos dos atos de fala particulares produzidos ao usá-las. Segundo, a questão de como pode ser explicado, no esquema desta teoria, o próprio ponto inicial de todos seus esforços ulteriores em busca de uma semântica baseada na pragmática. Evidentemente, a segunda questão é a mais fundamental; por isso vou me restringir a ela no que se segue.

Aceitando a abordagem esquematizada acima, em meu relato do exercício de observação de um jogo lingüístico primitivo, poderíamos dizer exatamente que aspectos dos atos de fala em nosso jogo seriam básicos para a construção de uma semântica para as expressões. Obviamente, precisamos começar nos perguntando tanto quais foram as forças ilocucionais dos respectivos atos de fala quanto qual foi o estado de coisas cuja realização estava sendo ordenada ou anunciada, respectivamente. E eu assumo que é precisamente este segundo aspecto dos atos de fala que cria problemas se, construindo uma semântica pragmática, desejássemos realmente seguir Austin e Searle. A partir de agora restringirei a aplicação do termo 'significado descritivo' somente a expressões; com respeito a atos de fala falarei portanto em seu conteúdo. A teoria dos atos de fala será agora confrontada com a seguinte questão (que não é menos primitiva que nosso jogo de linguagem): como devemos determinar o conteúdo respectivo dos atos de fala em nosso jogo?

Embora Austin, em seu trabalho pioneiro (1962), não tenha tratado desta questão explicitamente, ele lhe dá uma resposta implícita em suas conferências. Não é muito difícil ver o que ele pretende, em particular se levarmos em conta sua abordagem geral e a combinarmos com suas visões específicas sobre o funcionamento dos assim chamados aspectos locucionais dos atos de fala. Se solicitado a dar uma resposta específica, Austin provavelmente assinalaria dois fatores, um relativo ao significado lingüístico das expressões usadas, o outro relativo ao sentido especial de uma expressão numa ocasião particular de seu uso. O primeiro fator aponta para um projeto de semântica pragmática inteiramente circular: ela terminaria antes mesmo de ser iniciada. O mesmo se dá com o segundo, se for tomado como implicando que a expressão usada tem diversos significados descritivos um dos quais nós temos que tomar como o efetivo a fim de entendermos qual é o conteúdo do ato de fala particular em questão. Por outro lado se o segundo fator de Austin refere-se apenas ao que o falante significa por suas palavras, então também não há solução. Pois perguntar qual o significado do falante - pelo menos neste contexto - nada mais seria do que perguntar qual é o conteúdo do respectivo do ato de fala produzido. Naturalmente, não há nada de surpreendente neste resultado. Dar-nos uma semântica geral, construída em termos pragmáticos, certamente não era uma das intenções de Austin.

Comparada à abordagem limitada de Austin, indubitavelmente a de Searle (1969) parece muito mais promissora. E desde que o ato de fala de prometer é considerado por Searle como o favorito para os efeitos de investigação, vamos ver como nossa questão é respondida pelo próprio Searle, pelo menos no que diz respeito a este ato de fala particular. Segundo Searle, para que uma certa enunciação da expressão T usada pelo falante F valha como uma promessa para o ouvinte O de que F executará a ação A, F deve pretender que O reconheça que F pretende que a enunciação de T deixa-lo-á na obrigação de fazer A. Com esta condição não tenho qualquer discordância. Mas o próximo passo da análise nos diz que F só pode ter este segundo nível de intenção se ele crê que O sabe que uma enunciação de T está convencionalmente correlacionada com o primeiro nível de intenção de F (que se pretende que O reconheça). Nas palavras de Searle, somente se "o falante supõe que as regras semânticas (que determinam o significado) das expressões usadas são tais que a enunciação valha como o tomar a si de uma obrigação [de fazer A]" (1969:61). Então, na análise de Searle, uma enunciação de T será uma promessa (com o conteúdo) p somente se o conteúdo da respectiva enunciação seja - e F espera que O o tome como sendo - uma função do significado da expressão T. É claro que estamos sendo forçados a voltar ao primeiro fator de Austin; outra vez, todo nosso empreendimento de uma semântica pragmática é condenada a um fim precoce antes mesmo de começar.

Concluimos que nem Austin nem Searle nos contemplaram com um modelo adequado para desenvolver uma semântica pragmática. Se desejamos determinar o conteúdo de um ato de fala associando-o com o significado da expressão usada, é inútil partir do ato de fala para chegar ao significado das palavras; uma tal abordagem não nos

daria sequer os significados descritivos de nossas duas expressões no jogo de linguagem primitivo descrito anteriormente.

2. Evidentemente, para evitar este dilema, temos que procurar uma explicação mais geral do que vem a ser o conteúdo de um ato de fala. E como nós conhecemos os meios da solução para o problema, esqueçamo-nos da teoria dos atos de fala por um momento e retornemos ao ponto de partida. Quando comentamos o jogo de linguagem primitivo jogado pelo pedreiro A e seu assistente B, afirmei que o conteúdo de uma ordem particular consiste no estado de coisas que A ordenou que B fizesse, e que o conteúdo de um anúncio particular consiste no estado de coisas cuja realização está sendo anunciada a A por B. Em que mais consistiria um tal conteúdo? Dado que já fixamos quando um ato deve ser qualificado como ordem ou como ato informativo, podemos agora passar a explicar o significado das expressões de nosso jogo da mesma maneira que delineeii grosseiramente em meu relato sobre como descobri aqueles significados em minha observação fictícia da última semana.

Naturalmente, uma tal explicação geral do conteúdo de um ato de fala somente se obteve abstraindo-se o que seja ordenar alguma coisa ou informar alguma coisa a alguém. Portanto, quando tentamos elucidar estes próprios conceitos mais fundamentais, a explicação que demos poderia esvaziar-se. Mas há outro procedimento, não circular, por exemplo aquele que segue e melhora a análise de Grice do significado do falante [speaker's meaning], como proposto em Meggle (1981). Serã suficiente aqui mencionar o primeiro passo, de acordo com o qual o conteúdo de um ato de ordenar endereçado pelo falante a um ouvinte é o estado de coisas que o falante (primariamente) pretende que O produza, e o conteúdo de um ato de informar é o estado de coisas que o falante (primariamente) pretende que o ouvinte creia ser um fato dado. Estas condições do primeiro passo permanecem necessárias à ordem ou informação em qualquer caso, mesmo quando coisas tais como intenções reflexivas terão de ser introduzidas para assegurar que nossa explicação também inclui as condições suficientes.

3. Tendo estabelecido, então, que o problema da explicação do conteúdo dos atos de fala de nosso jogo tem uma solução óbvia (tal como a que é sugerida aqui), permanece a questão do por que os teóricos dos atos de fala têm recusado, em princípio, encarar o problema deste ângulo. Como mostro em outro lugar, (Meggle, a sair), minha explicação é bastante ampla para servir de base a uma semântica pragmática até mesmo das expressões de nosso jogo.

Concluindo este trabalho, devo restringir-me ao que considero ser a principal razão dos teóricos dos atos de fala (entre outras) para recusar partilhar meu ponto de partida. Ela consiste no que o próprio Austin ironicamente chamou o uso, pelos teóricos dos atos de fala, de uma "terminologia impressionista e aparentemente científica" (1962:149). Mais precisamente, o que está em jogo aqui é a famosa distinção ilocucional/perlocucional - núcleo de muitas outras distinções feitas pelos teóricos dos atos de fala. Mais especificamente ainda, trata-se da assunção feita por

muitos teóricos dos atos de fala em conexão com a distinção ilocução/perlocução, segundo a qual as forças ilocucionais se relacionam essencialmente com os significados enquanto que os aspectos perlocucionais de nossas enunciações não. Contudo, como tentei mostrar, pelo menos relativamente a nosso jogo de linguagem primitivo, nada estaria tão longe da verdade quando uma tal premissa.

Admitir que é verdade que nem todo efeito perlocucional pretendido por nossos jogos enunciativos é relevante para o conteúdo bem como para as forças ilocucionais das enunciações é totalmente outra coisa que tratar este aspecto dos atos de fala como inteiramente irrelevante. Coloquemos a questão deste modo: é verdade que, enquanto a força ilocucional é per se parte do significado da respectiva enunciação no jogo, um efeito perlocucional não o é. Mas afirmar que os aspectos perlocucionais (pretendidos) não são per se aspectos do significado está muito longe de afirmar que eles são per se não significativos. É exatamente este movimento ilegítimo da negação que considero ser o centro da semântica da teoria dos atos de fala. E é exatamente por esta razão que, se você está procurando uma semântica pragmática verdadeiramente operacional, considero-me obrigado a dar-lhe o seguinte conselho: é melhor que você esqueeça a assim chamada teoria dos atos de fala.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J.L. (1962). How to do things with words. Oxford: Clarendon Press.
- MEGGLE, G. (1981). Grundbegriffe der Kommunikation. Berlin/New York: de Gruyter.
- , (a sair). Handlungstheoretische Semantik. Berlin/New York: de Gruyter.
- SEARLE, J.R. (1969). Speech Acts. Cambridge: Cambridge University Press.
- WITTGENSTEIN, L. (1953). Philosophical investigations. Oxford: Blackwell.

UNIVERSAIS PRAGMÁTICOS E AÇÃO COMUNICATIVA

Guido de Almeida

(Depto. Filosofia - UFMG)

Sinopse: No texto que vou ler a seguir, eu me proponho desenvolver os seguintes pontos: a teoria da comunicação que J. Habermas expõe sob o título Pragmática Universal contém algumas idéias importantes para a compreensão do discurso como forma de ação comunicativa. Por conseguinte, deveria ser possível derivar dela um método de análise capaz de mostrar como cada tipo de discurso estabelece um modo de comunicação e de reconhecimento mútuo entre os participantes (falante/ouvinte, autor/leitor).

No entanto, isso não ocorre porque a unidade de análise da Pragmática Universal (o ato-de-fala ou ato discursivo) é o resultado de uma dupla abstração: 1) das condições factuais da produção do discurso (entre elas o contexto institucional); 2) da estrutura concatenada do discurso. A Pragmática Universal conhece apenas um discurso fragmentado em atos-de-fala e que por isso perdeu sua unidade.

Eu entendo, no entanto, que a escolha do ato-de-fala como unidade de análise do discurso é uma escolha razoável e mesmo inevitável, se quisermos fazer uma descrição analítico-reconstrutiva da estrutura comunicacional do discurso, isto é, baseada em informações encontradas no próprio discurso e prescindindo de toda informação factual acerca do contexto "extra-discursivo".

Eu acredito que é possível dar conta da estrutura ordenada do discurso através do conceito de atos-de-fala se os consideramos como contribuições para um "macro-ato-de-fala" que determina o modo comunicativo e a relação intersubjetiva estabelecidos pelo discurso como um todo.

O rendimento deste método de análise pode ser avaliado através da tentativa de aplicação a um pequeno texto (editorial de uma revista político-cultural).

I

A idéia de uma Pragmática Universal ou Teoria da Competência Comunicativa é introduzida por Habermas (1976) a partir de uma crítica à distinção usual na lingüística contemporânea entre competência e desempenho (performance) lingüístico, ou, mais precisamente, a partir de uma crítica à opinião de Chomsky segundo a qual o desempenho lingüístico é um resultado da aplicação de um sistema de regras gerativas (definindo a competência lingüística do falante) sob certas "condições periféricas" ou con

textuais de ordem psicológica e social. Essa opinião, segundo Habermas, não leva em conta que certos elementos ou estruturas da situação discursiva não são dados de ante mão, mas são produzidos eles próprios através de atos linguísticos e, por conseguinte, não podem ser contados entre as condições extralinguísticas da produção de um discurso. São essas estruturas da situação discursiva, produzidas linguisticamente, que constituem o objeto da Pragmática Universal. Sua tarefa é reconstruir o sistema de regras "em conformidade com as quais produzimos ou geramos as situações de um discurso possível em geral" (p. 102). Essas regras se acrescentam às regras que permitem gerar uma infinidade de frases gramaticalmente corretas e configuram com estas últimas o que Habermas chama de "competência comunicativa" do falante.

Para explicar o que entende por "produzir" ou "gerar" situações discursivas, Habermas recorre ao conceito conhecido de ato discursivo ou ato-de-fala (speech act). Os atos-de-fala, diz Habermas retomando Searle (1969), são as unidades elementares do discurso e se caracterizam pelo fato de serem executados através do proferimento de uma frase que os representa. Esta frase inclui sempre duas classes de orações: 1) uma oração independente ou principal exprimindo o ato realizado ou a relação interpessoal estabelecida; 2) uma oração dependente ou subordinada exprimindo um conteúdo proposicional. Através da oração dependente os interlocutores se entendem, diz Habermas, "no plano dos objetos", quer dizer, sobre aquilo que deve ser o caso para que o conteúdo do ato se realize. Poderíamos também dizer: a oração dependente exprime as condições de satisfação da frase proferida. Através da oração independente estabelecemos um modo de comunicação "no plano da intersubjetividade", isto é, os interlocutores se entendem acerca da relação interpessoal estabelecida. É esta oração que especifica qual o ato realizado e é portanto através dela que produzimos as estruturas mais gerais da situação discursiva e é nela que essas estruturas se encontram representadas (pelo menos implicitamente). Assim, por exemplo, ao dizer: Prometo-lhes nunca mais participar de um concurso estabelecemos através da oração principal uma relação comunicativa determinada (obrigação) entre os interlocutores (eu e vocês) num tempo e lugar definido por relação ao ato realizado (aqui e agora). Habermas emprega o termo "universais pragmáticos" (ou ainda "universais constitutivos do diálogo") para designar o repertório das expressões linguísticas servindo para "gerar", isto é, representar e constituir as "estruturas da situação comunicativa". Esse repertório abrange: 1) os pronomes pessoais, 2) os pronomes de tratamento e vocativos, 2) as expressões ditas "deícticas" (demonstrativos, artigos, numerais), 4) os verbos "performativos" (como prometo, afirmo, ordeno, declaro, etc.) e 5) verbos intencionais (como creio, espero, tenciono, quero, desejo, etc.).

Assim, os pronomes pessoais e de tratamento servem para designar os interlocutores e os participantes potenciais do discurso, as expressões deícticas, para designar o tempo do proferimento, o lugar e o "espaço perceptivo" dos interlocutores bem como os objetos de possíveis predicções; os verbos performativos, a relação do falante com a frase proferida e sua relação com o interlocutor; e finalmente os ver

bos intencionais servem para designar as intenções, atitudes e crenças do falante expressas ou deixadas implícitas pelo discurso. Poderíamos dizer então que as "estruturas da situação discursiva" nada mais são do que as caracterizações mais gerais de todo o discurso do ponto de vista: 1) da identidade dos agentes, 2) da natureza da ação realizada, 3) das circunstâncias em que esta tem lugar. Especificá-las equivale, pois, a responder às questões: "Quem faz o quê, quando, onde e como?" tomando por base unicamente aquilo que se encontra representado no discurso.

Gostaria agora de insistir sobre dois pontos: 1º) Habermas descreve as expressões mencionadas acima como "universais pragmáticos" porque elas devem constar (pelo menos implicitamente) de todo proferimento, já que são elas que tornam possível "situar" as frases proferidas, ou seja, conferir-lhes um valor pragmático-comunicativo. 2º) O que singulariza essas expressões é o fato de que servem, como dissemos, não para representar (*darstellen*), ou seja, reproduzir linguisticamente elementos da situação discursiva dados de antemão, mas para produzir (*herstellen*), engendrar ou constituir os elementos que elas ao mesmo tempo representam.

Evidentemente, as situações comunicativas incluem elementos que podem estar representados no discurso, mas não são constituídos por eles. Assim, se eu digo por exemplo: O título que eu dei ao texto que preparei para este Encontro... encontramos as expressões que representam elementos da situação comunicativa: o texto, este Encontro, eu. Está claro que esses elementos da situação comunicativa não são produzidos pelo discurso, mas antes pressupostos por ele. Por isso mesmo não podem ser reconstruídos analiticamente a partir da competência comunicativa dos falantes em geral, mas apenas a partir de informações factuais relativas ao contexto institucional do discurso. Embora essas informações factuais sejam importantes para determinar o sentido dos proferimentos concretos realizados por interlocutores reais numa situação real, é sempre possível fazer abstração delas e reduzir o discurso a uma cadeia de atos discursivos como asserções, explicações, demonstrações, definições, etc. O objeto da Pragmática Universal é precisamente o resultado dessa abstração, o estudo dos proferimentos concretos com base em informações factuais sobre a situação comunicativa ficando para o que Habermas chama de Pragmática Empírica, nome que abrange para ele a Psicológica e a Sociolinguística, mas onde poderíamos situar também a Antropologia da Linguagem, a Sócio-semiótica, a Sociologia do Conhecimento.

Antes de passar à frente, gostaria de considerar mais demoradamente o conceito universal-pragmático do sujeito. Em razão da abstração metódica das condições reais dos atos discursivos, a Pragmática Universal conhece não somente proferimentos abstratos, mas também interlocutores abstratos, definidos justamente através desses proferimentos. Assim, se quisermos aprender alguma coisa sobre a subjetividade desses interlocutores abstratos, será preciso tomar como fio condutor uma caracterização de seus proferimentos. Assim, embora possa parecer surpreendente a princípio, para colocar a questão do sujeito do discurso Habermas toma como ponto de partida uma classificação (bastante discutível, aliás, sob certos aspectos) dos atos-de-fala. Essa classificação inclui um título à parte para os atos institucionais (como batizar,

declarar culpado ou inocente, etc.), sobre a qual a Pragmática Universal obviamente na da tem a dizer. Além dessa, Habermas distingue quatro outras classes: 1) os atos comunicativos em sentido estrito (como dizer, perguntar, responder, expor, etc.) que servem para definir "o sentido pragmático do discurso em geral"; 2) os atos constatativos que servem para "expressar o uso cognitivo das frases" (como asserir, afirmar, negar, narrar, comunicar); 3) os atos representativos, que servem para expressar "o sentido pragmático da auto-representação (Selbstdarstellung) do falante em face dos ouvintes (como saber, pensar, achar, esperar, confessar) e 4) os atos regulativos que servem para expressar "o sentido do uso prático das frases" (como ordenar, pedir, prometer, combinar).

Segundo Habermas, a realização de atos pertencentes às três últimas classes serve para fazer as três distinções fundamentais que todos nós devemos ser capazes de fazer a fim de estabelecer uma relação comunicativa. Na tradição filosófica, essas distinções se formulam como a distinção entre ser e parecer, essência e manifestação, ser e dever. Isso quer dizer muito simplesmente o seguinte: a capacidade de realizar atos discursivos implica a capacidade de distinguir a opinião subjetiva do saber intersubjetivamente válido (atos constatativos), a capacidade de distinguir entre a intenção subjetiva e sua expressão pública (atos representativos), a capacidade de distinguir entre aquilo que simplesmente é e aquilo que deve ser, isto é, entre fatos e normas (atos regulativos). São essas distinções que permitem a formação de um consenso, isto é, um entendimento a respeito do que realmente é (= é verdadeiro), do que os interlocutores efetivamente pensam e querem, e do que justificadamente deve ser. E são elas também que possibilitam problematizar os consensos facticamente estabelecidos e vir a distinguir o falso do verdadeiro consenso. Ao imputarmos aos participantes de uma situação discursiva a capacidade de fazer essas distinções, nós formulamos implicitamente duas expectativas acerca de nós mesmos e de nossos interlocutores: uma expectativa de intencionalidade, ou seja, a expectativa de que o que é dito e feito é dito e feito intencionalmente, e uma expectativa de legitimidade, a saber, a expectativa de que os interlocutores e agentes possam justificar aquilo que dizem e fazem. Assim, essas expectativas -- que pertencem ao sentido do discurso como ação comunicativa -- constituem os interlocutores como sujeitos imputáveis.

Evidentemente, o conceito pragmático-comunicacional do interlocutor como sujeito é uma idealização, como reconhece Habermas, e a única coisa que pode nos impedir de reconhecer o caráter ilusório da suposição de sujeitos imputáveis, livres e responsáveis, é a limitação da possibilidade de problematizar a base consensual da ação comunicativa, o que, aliás, é a tarefa das ideologias. Poderíamos nos perguntar agora (levando em conta sugestões vindas de outros horizontes) se esse conceito de sujeito não é a categoria ideológica por excelência. Sem querer entrar nessa questão, eu me limito a observar que a idealização do sujeito imputável é uma ficção constitutiva de todo agir comunicativo, de todo discurso, e por isso é um pressuposto não só dos mecanismos ideológicos de legitimação da coação, mas também da crítica desses mecanismos. Assim, a verdadeira questão não é saber se o sujeito ideal construído pela análise da ação comunicativa é ou não uma ilusão, mas sim que condições deveriam ser preenchidas

para que o modelo de uma ação comunicativa "pura", isto é, isenta de coação, seja realizado. Ou por outras, a questão não é se é uma ficção (pois é uma ficção), mas como realizar essa ficção. Ora, a condição essencial para a realização do modelo do agir comunicativo puro é a liberdade e a igualdade de chances para os participantes de executarem todos os atos discursivos necessários para examinar e questionar a base consensual do agir comunicativo. Essa consideração -- que tem evidentemente um sentido prático e político -- nos interessa, está claro, não por esse aspecto, mas porque ela fornece um critério crítico para a análise pragmática dos discursos: a possibilidade de problematizar a base consensual do discurso a partir da forma de comunicação e reconhecimento mútuos próprios do discurso. O discurso ideológico se caracteriza, de um ponto de vista pragmático-comunicacional, justamente por ser organizado de tal maneira que seu modo de comunicação impede a problematização de seu fundamento consensual. Espero dar ao final deste texto uma ilustração clara de como isso ocorre.

II

O projeto habermasiano de uma Pragmática Universal me parece sólido e bem fundamentado de dois pontos de vista. Em primeiro lugar, de um ponto de vista metodológico: o procedimento abstrativo da Pragmática Universal é inevitável se nos propormos reconstruir analiticamente as estruturas comunicativas do discurso e é portanto o único que podemos utilizar enquanto filósofos. Em segundo lugar, do ponto de vista do próprio tema: a abstração da situação concreta de um proferimento é uma condição para que ele tenha um sentido objetivo e intersubjetivamente idêntico. Neste sentido, essa abstração não é apenas um procedimento metódico posto em ação pelo filósofo ou pelo linguista, mas faz parte do processo de compreensão posto em marcha pelos interlocutores. Assim, por exemplo, a asserção feita aqui: "Os atos-de-fala constituem as unidades elementares do discurso" só pode ser compreendida, só tem um sentido idêntico para todos, se fazemos abstração da posição dos interlocutores no contexto institucional em que nos encontramos. Além disso, a abstração do sujeito imputável é uma condição da tematização do discurso enquanto ação comunicativa por um discurso crítico de ordem superior.

A abstração das condições reais de produção de um discurso e a consequente abstração dos interlocutores reais, para se considerar nele apenas proferimentos abstratos realizados por um sujeito idealizado e desprovido de toda determinação concreta, é assim uma condição para que ele seja inteligível, isto é, exprima um conteúdo objetivo e intersubjetivamente idêntico. Ou seja, é uma condição para ser compreendido e, com muito mais razão, para ser tematizado reflexivamente. O que significa que só posso participar de um discurso e tematizá-lo reflexivamente se sou capaz de: 1) me abstrair da posição que nele ocupo (por exemplo, como expositor em um congresso) para trocá-lo pela posição de meu interlocutor (audiência), 2) trocar a posição de participante pela posição de um expectador ou observador externo.

Se é assim, as abstrações da Pragmática Universal (atos discursivos, verbos performativos e verbos intencionais, falantes/ouvintes, etc.) deveriam torná-la um instrumento poderoso para a análise não só do discurso em geral, mas dos discursos e gêneros discursivos em particular. Pois se ela exprime em seus conceitos as condições gerais de inteligibilidade do discurso enquanto ação comunicativa, seus conceitos deveriam poder ser utilizados como instrumento de análise de cada discurso. No entanto, o que se pode fazer com eles além de segmentar o discurso nos proferimentos de que se compõe e distinguir neles o que é uma asserção, o que uma concessão, o que uma objeção, uma pergunta, uma resposta, etc.? Como precisar, a partir dos proferimentos abstratos em que recortamos o discurso, o tipo de relação comunicativa e os laços de solidariedade, isto é, o consenso prévio que o autor estabelece ou supõe existir entre si próprio e seus leitores?

O baixo rendimento explicativo da Pragmática Universal se deve, a meu ver, ao fato de que suas unidades de análise são o resultado de uma dupla abstração, a saber, não apenas a abstração do contexto real ou institucional do proferimento, mas também do contexto discursivo. Em sua versão habermasiana, a Pragmática Universal conhece apenas proferimentos abstratos isolados (asserções, promessas, perguntas, etc.), como se seu sentido pudesse ser suficientemente determinado abstração feita da maneira como se encadeiam num discurso. A razão para essa segunda abstração é possivelmente a crença de que a organização discursiva dos proferimentos se deve a uma lógica da argumentação, portanto a relações lógicas ou formais, que escapam à consideração da Pragmática, isto é, que nada têm a ver com a força ilocucionária dos proferimentos. A possibilidade de utilizar os conceitos universal-pragmáticos para a análise do discurso depende então da demonstração de que eles são capazes de dar conta da organização do discurso, ou seja, de que o discurso é organizado não apenas segundo uma estrutura lógica ou formal, mas também segundo uma estrutura comunicativa definida pelo tipo de relação e forma de reconhecimento mútuo que ele estabelece entre seu autor e seus destinatários.

Vou abrir agora um parêntese para examinar uma sugestão feita por um linguísta preocupado em estudar a relação entre a forma de organização do discurso e o sistema de representações ideológicas subjacente ao uso pragmático-comunicativo do discurso. Em um trabalho recente, C.Vogt (1980) dá o seguinte exemplo: suponhamos que dois interlocutores discutam as qualidades de dois amigos comuns (Pedro e João) e suas possibilidades de serem aprovados no vestibular e que um deles diga: "Pedro é mais inteligente do que João". Na situação de discurso descrita, diz Vogt, este enunciado visa a conduzir o interlocutor à conclusão de que Pedro tem mais chances de sucesso nos exames do que João, na suposição de que o vestibular seja avaliado positivamente (como uma prova de inteligência). Ao contrário, no caso de uma avaliação negativa, o enunciado pode visar a conduzir o interlocutor à conclusão contrária. Assim, o sentido do enunciado: "Pedro é mais inteligente do que João" só estará plenamente determinado se considerarmos as intenções e as crenças dos falantes. Essas intenções e crenças constituem para Vogt as "condições ideológicas ou pragmáticas do emprego des

ses enunciados" (p. 80). O exemplo e a análise propostos são sugestivos, uma vez que mostram muito claramente como o sentido de um enunciado (considerado em seu contexto discursivo) depende das intenções dos interlocutores, logo, daquilo que estão fazendo ao proferirem os enunciados que proferem, e de suas crenças, logo, da base consensual que lhes permite travar um discurso. Resta, porém, que sempre podemos fazer abstração dos interlocutores e de suas intenções e crenças para reconstruir o argumento de maneira puramente formal, por exemplo: visto que o vestibular é uma prova de inteligência (ou de burrice) e que Pedro é mais inteligente do que João, pode-se concluir que Pedro tem mais (ou menos) chances do que João de passar no vestibular. Fica a impressão, por conseguinte, de que a abordagem pragmática (caracterizada segundo Vogt por levar em conta aquilo que Frege havia excluído da análise do discurso sob o título de "representações", vale dizer, as intenções e crenças dos falantes) é apenas completada por uma análise lógica da argumentação, de tal sorte que se pode ligar a escolha de uma "orientação argumentativa" às intenções e crenças dos falantes, sem que se perceba, no entanto, um vínculo interno entre as duas coisas.

O exemplo de Vogt é, no entanto, sugestivo, na medida em que chama a atenção para o fato de que a intenção do falante em cada enunciado particular (portanto, a natureza do ato discursivo realizado, está ligada a uma intenção ulterior (portanto, à realização de um ato discursivo ulterior) que engloba e finaliza a primeira. Ele sugere, portanto, uma maneira de ampliar, e não apenas de suplementar, o esquema teórico da Pragmática Universal de modo a dar conta não apenas das unidades elementares do discurso, mas de sua organização discursiva, ou seja, de sua unidade global.

Acredito, aliás, que esta é uma tarefa mais fácil do que esta minha prolixa introdução pode dar a entender. Para isso, basta retornar à idéia diretriz da Pragmática Universal, a saber, a idéia de que as estruturas da situação discursiva são engendradas pelo próprio discurso, os chamados "universais pragmáticos" ou "universais constitutivos do diálogo". Estes constituem, como vimos, um repertório de expressões presentes ou implícitas em todo proferimento e servindo para constituir as estruturas discursivas por eles representadas: a identidade convencional dos participantes (papéis ilocutórios dos falantes/ouvintes), força pragmática do proferimento e circunstâncias de tempo, lugar e modo comunicativo. Ora, o significado de cada uma dessas expressões pode ser especificado em termos da contribuição que elas fazem para o significado total do proferimento realizado. Pois bem, analogamente podemos considerar os diversos proferimentos de um discurso como contribuições para o significado global do discurso, de tal sorte que cada proferimento só terá seu sentido plenamente determinado na medida em que se puder indicar a contribuição que ele faz para o discurso em seu todo, isto é, em sua intenção final. Resulta daí que a pragmática terá dois níveis de análise:

1. O nível que poderemos chamar de micro-análise, ou seja, a decomposição do discurso em suas unidades elementares, a saber, proferimentos tendo o valor de atos ilocucionários. É o único nível de análise que Habermas conhece: analisar um discurso

significa a discriminar aquelas expressões recorrentes em todo discurso (universais pragmáticos) servindo para engendrar ou constituir as estruturas essenciais da comunicação (subjetividade dos interlocutores, modo da relação intersubjetiva e circunstâncias da ação).

2. O nível a que podemos chamar de macro-análise, ou seja, a recomposição do discurso em sua unidade global ou "molar". Como vimos acima, o significado de cada proferimento ou ato discursivo pode ser considerado como uma contribuição para o significado global do discurso. Podemos então considerar o discurso como um encadeamento de proferimentos linguísticos servindo para a realização de atos ilocucionários e ligados entre si pelo fato de contribuírem para a realização de um objetivo comum. Esse objetivo comum, por sua vez, pode ser pensado -- se prosseguimos na analogia entre a estrutura dos atos e a estrutura do discurso -- como a intenção do autor do discurso, definindo um ato que finaliza e engloba os demais. Ou por outras, o que dá unidade aos diversos atos ilocucionários de que se compõe um discurso é o fato de contribuírem para um objetivo comum, que tanto pode ser a realização de um ato ilocucionário que engloba ou finaliza todos os demais, quanto um ato perlocucionário consistindo na produção, através dos atos elementares, de um efeito ou resposta global (por exemplo, a persuasão). Diremos então que a unidade global de um discurso se deixa explicitar num "macro-ato-de-fala" que resume ou finaliza os atos parciais de que se compõe.

Desse macro-ato discursivo temos uma compreensão tão intuitiva quanto dos "micro-atos", e a capacidade de identificá-lo é o que permite não só resumir o discurso, como aceitá-lo ou rejeitá-lo no todo. Encontramos um exemplo típico dessa maneira de explicitar a organização do discurso nas sinopses. Por exemplo, nas sinopses das novelas de televisão (que não passam de descrições de atos-de-fala): "João propõe a Mário que trabalhe com ele no bar, alegando que adquiriu confiança nele, quer ajudá-lo e que também precisa de alguém para colaborar no balcão" (O Globo, 27/10/80). Ou nas sinopses de discursos argumentados, e disto podemos dar um exemplo bem mais respeitável: "Na primeira apresento as razões pelas quais podemos duvidar geralmente de todas as coisas, e particularmente das coisas materiais, pelo menos enquanto não tivermos outros fundamentos nas ciências além dos que tivemos até o presente".

Evidentemente, a análise pragmática do discurso não consiste na aplicação dessa capacidade intuitiva de resumir, sob o manto de uma terminologia pedante falando em "macro-atos", modos de comunicação, etc., da mesma maneira como não se trata, no nível mais elementar, de simplesmente segmentar e classificar os atos discursivos segundo uma terminologia técnica. Mas se trata, se quisermos ir além da simples explicitação daquilo que já compreendemos intuitivamente, de buscar uma ligação entre o conteúdo cognitivo do discurso e a natureza da relação comunicacional instaurada pelo discurso entre falantes e ouvintes, autores e leitores, bem como o modo de reconhecimento intersubjetivo aí implicado.

III

Para dar uma ilustração de como isso pode ser feito, vou expor agora os resultados de uma tentativa de aplicação de conceitos pragmáticos na análise de um texto publicado na série Encontros com a Civilização Brasileira: o editorial publicado em seu primeiro número. Meu objetivo é: 1º) determinar o modo de comunicação estabelecido pelo discurso e a forma de reconhecimento mútuo que ele implica; 2º) mostrar que ele é organizado de tal maneira que os pressupostos desse modo de comunicação são subtraídos à discussão e, portanto, que ele funciona de maneira ideológica.

Seria cansativo e pouco produtivo fazer um exame detalhado de cada ato discursivo, por isso vou me limitar ao que me pareceu essencial. O texto começa com um período onde podemos destacar três orações: "Embora ainda pesem... vai se tornando cada vez mais forte o movimento... que vem conquistando aberturas", cuja força ilocucionária pode ser facilmente identificada. Trata-se de uma concessão, seguida de duas asserções, já que podemos parafraseá-las da seguinte maneira: "Concedo que ainda pesem..., mas afirmo que se torna cada vez mais forte o movimento ... e afirmo que este movimento vem conquistando aberturas".

Nada indica que o autor esteja se dirigindo a alguém em particular, mas se refletirmos, primeiro, sobre o sentido pragmático da asserção em geral, depois, sobre a relação entre as asserções e a concessão feitas no texto em questão veremos que o discurso tem a forma de um diálogo e mesmo de uma discussão.

Uma asserção, de acordo com a "regra essencial" (Searle) é uma garantia ou um compromisso quanto à verdade de uma proposição expressa pelo proferimento assertivo, ou por outras, é uma tomada de posição quanto à verdade de uma proposição, de tal sorte que ela ou bem antecipa uma possível negação (para se antepor a ela, e equivale então à negação dessa negação) ou constitui ela própria a negação de outra asserção. É nisso precisamente que reside o sentido pragmático-comunicacional da asserção: como tomada-de-posição e antecipação de uma asserção oposta, ela é um ato pelo menos virtualmente dialógico e remete por isso mesmo a outras asserções, que servem para reforçá-la ou qualificá-la em face da asserção oposta.

Comentando o objetivo ilocucionário da asserção, Tugendhat explica que ela é um ato essencialmente comunicativo porque está "remetida em si mesma" a uma asserção contrária. Sem ser um ato cooperativo em sentido estrito (como um abaixo-assinado, um juramento coletivo), ela é um ato que só se realiza através da antecipação de uma tomada-de-posição complementar de um interlocutor real ou pelo menos virtualmente presente. Por isso mesmo, a asserção não é um ato que possa ser considerado isoladamente, ou que se possa compreender fazendo abstração de sua posição no discurso, isto é, dos outros atos que o locutor e o interlocutor possam realizar para aceitar ou recusar, apoiar ou refutar, corroborar ou enfraquecer a asserção feita. Podemos dizer então que a asserção, longe de ser um acontecimento isolado, é como que um lance ou uma jogada neste "jogo-de-linguagem" constituído pelas falas contraditórias da afirmação e da negação, da alegação e da objeção, da demonstração e da refutação, da recusa e da concessão.

Deixemos agora a consideração das asserções em abstrato e vejamos as que são feitas no texto. A primeira delas é justamente uma concessão que, como acaba mos de ver, constitui um segundo lance num jogo-de-linguagem inaugurado por outra asserção, que é o lance (ou a "aposta") inaugural. No caso, esse lance inicial é a afirmação de que o movimento de opinião pública se torna cada vez mais forte e vai conquistando aberturas. Ao conceder desde o início que a violência e o arbítrio continuam, a intenção do autor é recusar que isso seja uma razão para negar a existência de uma abertura, que é justamente a negação antecipada pela asserção de que o movimento popular vem conquistando aberturas. Fica claro, então, com essa análise, que o primeiro parágrafo -- apesar da forma impessoal e monológica em que está redigido -- abre um diálogo polêmico entre aquele que nega a abertura de um espaço para o debate público de idéias (porque a violência e o arbítrio perduram) e o autor do editorial, que afirma a abertura desse espaço (porque ele vem sendo conquistado por um movimento de opinião pública), muito embora reconheça que a violência e o arbítrio continuem.

Segue-se no 2º parágrafo um enunciado: "Entendemos que é dever de todos os intelectuais ..." cuja classificação não é óbvia. 'Entender' não é um verbo performativo, mas um verbo intencional pertencente ao mesmo paradigma de 'achar', 'crer', 'ser de opinião', etc. Habermas inclui, como vimos, os verbos intencionais entre os "universais pragmáticos", visto que eles servem para explicitar a atitude definida pela regra de sinceridade dos atos pertencentes à família da asserção. Quando usamos no lugar de um performativo, eles servem para a realização indireta de uma asserção, indicando ao mesmo tempo uma relativização do compromisso assumido. Eles caracterizam então a asserção justamente como uma tomada-de-posição subjetiva, portanto como uma opinião ou perspectiva que pode ser eventualmente qualificada ou abandonada. Mas a proposição asserida: "é dever dos intelectuais..." enuncia uma norma ou obrigação. Ora, os atos discursivos que se executam através da invocação de uma norma são os atos como pedir e mandar, exigir e convidar, aconselhar e exortar, etc., o objetivo ilocucionário desses atos sendo o de levar o interlocutor a fazer algo (preencher uma expectativa do locutor) em virtude do reconhecimento da norma invocada, isto é, de um direito do interlocutor. Fica claro assim o sentido performativo-comunicacional do ato realizado: o autor exorta os intelectuais a fazer o que considera de seu direito esperar em virtude da norma que os liga (autor e leitores) como intelectuais. (A norma, como sabemos, é uma interligação condicional de expectativas recíprocas, ou se quiserem, um contrato de prestações recíprocas de serviços.) A invocação da norma é realizada, porém, de maneira duplamente indireta: 1) através de uma asserção (isto é, não se formula uma exigência, mas o que poderia fundamentar a exigência), 2) através de uma asserção formulada por sua vez indiretamente como uma tomada-de-posição subjetiva ("entendemos que é dever..."). A apresentação indireta e cautelosa de uma exigência tem por resultado (e, portanto, podemos supor que tenha por objetivo) evitar que o autor se coloque numa posição de autoridade, ou que sua afirmação seja considerada como uma tese dogmática ou ingênua, subtraída à discussão. A escolha da primeira pes

soa do plural (em contraste com a impessoalidade do 1º parágrafo) certamente contribui para reforçar esse efeito, mas também está ligada à invocação da norma, uma vez que essa exprime um entendimento prévio e supõe portanto uma identidade coletiva. Neste ponto, deveríamos perguntar quem somos "nós, intelectuais" e quais as obrigações que, no entender do autor, nos ligam e das quais o autor deriva o dever de participar no esforço para ampliar o debate público.

Mas antes de responder a essa questão, é preciso ler um pouco à frente, visto que o objetivo do texto (ou, em nossa terminologia, o "macro-ato" que o finaliza) ainda não está determinado. Vem em seguida, no início do 3º parágrafo, mais uma asserção, ou melhor, uma declaração de intenção e uma promessa sob a forma de uma constatação: "Com esse espírito e esse propósito, surge Encontros...". 'Esse espírito' e 'esse propósito' aludem à obrigação dos intelectuais que se acaba de enunciar. E com essa frase se enuncia também, afinal, o tema do editorial: a fundação da coleção. Se nos referimos agora ao título do texto: "Por quê e Para quê" fica claro também qual a função dos atos discursivos anteriores. 'Por quê' e 'para quê' são expressos com que se formulam interpelações, isto é, pedidos de explicações e justificativas. Nominalizadas, como no título, designam as respostas a essas interpretações. No caso, as explicações e as justificativas concernem à oportunidade e ao propósito da publicação da revista. Para que publicar a coleção? -- Para participar do esforço da abertura, para edificar valores individuais e coletivos, para criar estruturas sociais mais justas, etc. Por que agora? -- Porque vai se abrindo um espaço para a discussão, porque o dever dos intelectuais ... O conteúdo das explicações e justificativas não importa muito, já que nos interessa apenas o modo da comunicação e, deste ponto de vista, o que é preciso ressaltar é que elas são dadas como resposta a uma interpelação. E é em torno dessa resposta que o discurso se organiza, é ela que engloba e finaliza à maneira de um "macro-ato-de-fala" todos os demais enunciados, e não é por outra razão que foi escolhido como o título que resume e diz do que se trata no texto.

Na medida em que o objetivo da análise era mostrar que o discurso tem uma estrutura dialógica, isto é, estabelece um modo de comunicação e uma forma de reconhecimento mútuo entre autor e leitores, podemos considerar a análise completa. Pois vimos que esse editorial é uma tentativa do autor de se explicar e justificar perante os leitores, intelectuais como ele, sobre o bem fundado da decisão de participar, com a fundação da coleção, do movimento de abertura política. Seu discurso é uma tomada-de-posição, que só toma sentido no contexto dessa discussão. Mas nós nos colocamos também o objetivo crítico de examinar se estão dadas todas as condições de uma situação comunicativa ideal, onde todos os elementos do discurso são possíveis de discussão e onde todos os participantes têm chances iguais de participar dela. O texto que analisamos dá a impressão de preencher essas condições, pois é construído claramente sob a forma de uma discussão, onde as tomadas de posição são argumentadas e remetem a contra-argumentos possíveis. Como se mostra em seu "macro-ato", discursivo, o texto é uma tentativa de resposta a uma interpelação, a uma exigência de explicações e justificativas. Mas vale a pena perguntar agora de onde parte, afinal, essa interpelação. Quem, exatamente,

interpela e exige que se explique e se justifique? A resposta parece trivial e óbvia: é o autor que se interpela ou se imagina interpelado por seus interlocutores. Quem mais poderia fazê-lo, se o discurso não tem outros participantes? Há uma dificuldade, porém, na medida em que o autor se imagina interpelado em nome de uma norma, da qual se poderia derivar (ou recusar que se derive) o que é colocado em debate: o dever dos intelectuais de participar no movimento de abertura, etc. É em nome dessa norma superior, desse princípio, que a interpelação é feita. Assim, o verdadeiro autor da interpelação é quem estabelece esse princípio. Mas que princípio é esse?

Leiamos o último parágrafo: "Queremos, em suma, que colaboradores, juntos, possam auxiliar o povo brasileiro a romper as trevas culturais (...) pois, sem essa ruptura, nosso país dificilmente se poderá preparar para cumprir, no quadro geral da marcha dos povos, o destino histórico de nação independente e democrática".

É uma passagem muito clara: a norma que de antemão liga os intelectuais entre si é o laço que os liga ao "povo brasileiro" como objeto de seu desvelo, na unidade de um destino nacional. É essa suposição que constitui a base consensual sobre a qual vem se travar a discussão sobre o que fazer, é ela o princípio ou norma superior que permite decidir do bem fundado da decisão de participar do movimento de abertura e de fundar para isso uma coleção.

Encontramos assim neste discurso um participante inesperado, não porque tenha chegado inesperadamente, mas porque já estava lá, sem que nos tivéssemos dado conta, como um figurante mudo, ou melhor, como um figurante que já tinha falado quando a cena se abriu e o pequeno diálogo dramático se iniciou. Este figurante que já falou antes do discurso começar para ditar a sua norma é a Nação brasileira. Na verdade, é ela quem interpela, é perante ela que os intelectuais, autor e leitores, devem se justificar e se explicar. E se é o autor que tem a palavra e a empresta a seus interlocutores imaginários, não é ele que a comanda, porque sua palavra é resposta, resposta a uma interpelação.

Pouco importa que a Nação seja pensada como algo de real (como uma espécie de entidade espiritual caracterizada por atributos psicológicos, como por exemplo, interesses -- o interesse na segurança -- e sentimentos -- o sentimento de cordialidade --, como acontece no discurso nacionalista, digamos, "de direita"), ou que seja tomada ao contrário como simples figura de retórica, como símbolo da solidariedade, de destino comum e de obrigações recíprocas. O problema não está aí. O problema está em que a invocação dessa coisa ou desse nome serve para indicar aquilo que não se considera discutível, porque é o princípio e o pressuposto da discussão, o limite tanto do acordo quando do desacordo.

O que caracteriza o discurso ideológico de um ponto de vista pragmático co-comunicacional é o fato de que ele se apresenta como um discurso arrazoado, mas ao mesmo tempo se apoiando em barreiras que impedem sistematicamente o exame de suas razões. Essas barreiras não são apenas, nem principalmente, as barreiras externas ao discurso, como por exemplo barreiras institucionais (como é o caso do discurso da se

gurança nacional, cuja circulação é estritamente controlada pela ESG). Aliás, o estudo dessas barreiras institucionais do discurso ideológico só poderia incumbir a uma Pragmática empírica, já que seu conhecimento depende de informações factuais e não da simples reconstrução analítica do discurso. Essas barreiras também não são obstáculos materiais, como por exemplo a distância entre os interlocutores na comunicação escrita, onde só o autor tem a palavra. Mas são barreiras internas ao discurso, que derivam da maneira mesma como o discurso é construído, e que distorcem sistematicamente a argumentação e discussão, já que pertencem ao domínio do implícito e do pressuposto.

O texto que analisei fornece uma bela ilustração dessa maneira de funcionar do discurso ideológico. Ele se organiza como vimos como uma espécie de discussão entre o autor e seus leitores, intelectuais ambos. Mas essa é apenas uma aparência de discussão, e isso certamente não por má-fé do autor. Sua sinceridade e a retidão de suas intenções estão acima de suspeita. Afinal de contas, seu discurso não é uma exortação à participação na luta pelo esclarecimento e emancipação do "povo brasileiro"? E, no entanto, é precisamente nessa bem-intencionada e sincera exortação a "ajudar o povo brasileiro a romper as trevas culturais que ainda o cobrem" que se insinua uma pressuposição que parece tão evidente e tão óbvia que nem sequer atentamos nela e, por isso, nem tem sentido discutir. Mas, se atentamos nela, o que chama a atenção é que nela a posição do intelectual em face do "povo brasileiro" é definida da mesma maneira que a posição daqueles que o oprimem. Assim, o "povo" é representado como o objeto passivo tanto da ação obscurantista de seus dominadores, quanto da ação esclarecedora de seus emancipadores. E assim o que é passado por essa falsa evidência não é apenas a ilusão de um destino nacional, mas também a boa-consciência das elites intelectuais empenhadas de uma ou de outra maneira, com ou sem abertura, em livrar de suas trevas esse pobre povo brasileiro.

E neste sentido que podemos dizer que o discurso analisado escamoteia, subtrai à discussão aquilo mesmo que é por assim dizer a afirmação mais importante, o "macro-ato discursivo" que contém o porquê e o paraquê deste discurso. É preciso fundar uma coleção, diz o autor, para servir de instrumento nas mãos dos intelectuais brasileiros desejosos de emancipar e esclarecer o povo brasileiro. Tudo o mais pode-se discutir: os meios e a oportunidade de usá-los, em especial se é o momento de fundar a coleção e se é o caso de participar do movimento em prol da abertura. De fato, ele toma o cuidado de exprimir sem dogmatismo sua posição: "entendemos", diz ele, que é este o dever do intelectual. Quer dizer, outros podem entender de outra maneira, esta é opinião discutível. O que não é discutível, o que não se percebe que possa ser discutível, é o princípio de onde esse dever é derivado, a saber, a suposição de um destino nacional e uma concepção no fundo elitista do intelectual.

Certamente, ao reduzir o texto à sua estrutura argumentativa e comunicacional, ao abstraí-lo portanto das condições concretas, históricas, em que ele é utilizado por pessoas reais em suas lutas e desafios reais, eu acabo por fazer dele uma caricatura. O inconveniente da demarcação abstrativa é que ela deve ignorar, por uma questão de princípio metódico, a maneira como o discurso é efetivamente usado. Ora, do

ponto de vista da utilização do discurso, sua estrutura argumentativa, que no fundo é ideológica, pode ser o menos importante, pode não corresponder à maneira como é usado. Por isso, sã abandonando a perspectiva abstrata da Pragmática Universal pela perspectiva de uma Pragmática Histórica (Gumbrecht) poderíamos pretender fazer uma análise realmente justa do significado pragmático, isto é, nesta perspectiva histórica, político, deste discurso.

De qualquer modo, meu objetivo foi tomar esse texto como simples pretexto para "checar" o valor explicativo dos conceitos universais-pragmáticos. Longe de mim a idéia de iniciar qualquer coisa como uma "patrulha universal-pragmática", especialmente de quem se expôs e se sacrificou nas lutas contra a arbitrariedade e o obscurantismo.

BIBLIOGRAFIA

- HABERMAS, J. "Bemerkungen zu einer Theorie der kommunikativen Kompetenz", em J. Habermas/N. Luhmann, Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie. Suhrkamp 1971.
- , Was heisst Universalpragmatik, em K.O. Appel, Sprach-pragmatik und Philosophie. Suhrkamp 1976.
- SEARLE, J. Speech Acts. Cambridge Univ. Press. 1969.
- TUGENDHAT, E. Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie. Suhrkamp, 1976.
- VOGT, C., Linguagem, Pragmática e Ideologia, São Paulo, Hucitec-Funcamp, 1980.

ANEXO

Apresentação do 19 número da série "Encontros com a Civilização Brasileira"

POR QUÊ E PARA QUÊ

Embora ainda pesem sobre a vida nacional sombrias cargas de arbitrariedade e violência, torna-se cada vez mais forte o amplo movimento de opinião pública que, lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de idéias, essencial ao progresso cultural do País.

Entendemos que é dever de todos os intelectuais consequentes intensificar sua participação nesse esforço, e, sobretudo, colaborar para que ele valha também como base para a edificação de valores individuais e coletivos que, filosoficamente, se oferecem como pontos de apoio de estruturas sociais mais justas e humanas.

Com esse espírito e dedicada a tal propósito, surge ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, uma coleção de livros aberta a todas aquelas tendências que a evolução do pensamento social e científico vem configurando como a atual e plurificada face do humanismo contemporâneo. (...)

Queremos, em suma, que colaboradores e leitores, juntos, possam auxiliar o povo brasileiro a romper as trevas culturais que ainda o cobrem e o muro de preconceitos que o cerca, pois, sem essa ruptura, nosso país dificilmente se poderá preparar para cumprir, no quadro geral da marcha dos povos, o seu destino histórico de nação independente e democrática.

ENIO SILVEIRA

Diretor-responsável